

CENÁRIO POLÍTICO DE 2024 PARA O COOPERATIVISMO BRASILEIRO

ANÁLISE POLÍTICA - ANO 5 - 125ª EDIÇÃO

representa **coop**

 Sistema **OCB**

 **BMJ**
CONSULTORES ASSOCIADOS

Apresentação



Nesta segunda-feira (5), o Congresso Nacional realizou a sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos de 2024, onde foi entregue, pelo ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa, a Mensagem Presidencial ao Congresso.

Na mensagem, foi destacada a importância do diálogo e harmonia entre os três Poderes. O documento ressaltou os avanços legislativos e em políticas públicas no último ano, mas não trouxe muitos detalhes sobre as prioridades para 2024.

A retomada das atividades no Congresso ocorre em um ambiente tensionado por divergências de parlamentares com a condução política do Governo Federal. Neste cenário, os próximos meses serão marcados pelo balanço de força entre os Poderes e pela perspectiva de avanço de propostas com alto impacto para o setor cooperativista, como a **regulamentação da Reforma Tributária e a permissão de cooperativas atuarem no setor de seguros.**

Nesta edição do nosso boletim "**Análise Política**", convidamos a BMJ Consultores Associados, consultoria especializada em relações governamentais e comércio internacional, para construirmos uma visão ampla do cenário institucional do Brasil para 2024, com foco principalmente nos desafios e oportunidades para cooperativismo.

DESEJAMOS A TODOS
UMA ÓTIMA LEITURA!

Cenário Político

COMO AVALIAMOS
O ATUAL CENÁRIO
POLÍTICO E
INSTITUCIONAL
DO BRASIL

- A relação entre Executivo e Legislativo, tensionada pelas divergências no controle do Orçamento, deve seguir marcada pelo pragmatismo na pauta econômica.
- Em relação ao Poder Judiciário, é possível identificar uma aproximação entre o Planalto e o STF e um tensionamento nas relações do Tribunal com o Parlamento.
- A sucessão das presidências da Câmara e do Senado e a troca de Comando do Banco Central também serão balizadores relevantes da articulação política em 2024.
- As Eleições Municipais devem reduzir a janela de votações legislativas e delinear o panorama das alianças partidárias para os próximos anos, inclusive para a corrida presidencial.

Conjuntura Política

O balanço de força entre os Poderes enfrenta obstáculos, especialmente na relação Legislativo-Judiciário. No que diz respeito ao Executivo, a tendência é a manutenção de uma postura mais comedida entre os Poderes.

A estabilidade econômica favorece o ambiente político. Apesar da perspectiva de um crescimento do PIB mais tímido que em 2023, a expectativa é de que a inflação siga sob controle e a taxa de juros diminua moderadamente. Por outro lado, a meta de déficit zero e o novo arcabouço fiscal comprimem o Orçamento Público, o que deve levar o Governo Federal a buscar novas fontes de receitas, além do desafio de manejar e, por vezes, contingenciar recursos de Ministérios e de políticas públicas.

Neste quesito, levam vantagem aquelas propostas que já tenham um debate amadurecido entre o Governo e o Legislativo, com destaque para a agenda de reformas microeconômicas que não tenham impacto nos cofres públicos.

As eleições municipais podem resultar em leve aumento na polarização, mas não tendem a criar insatisfação social a nível nacional e tampouco mobilizações como as de 8 de janeiro de 2023, principalmente porque as alianças nos municípios seguem uma lógica política diferente dos debates a nível nacional, estando muito focadas em problemas públicos locais.

O ano eleitoral deve, ainda, inibir a votação de medidas polêmicas que possam impactar o desempenho dos parlamentares em seus colégios eleitorais nas disputas municipais, como as pautas de costumes. O Governo Federal pode utilizar esse espaço mais morno no Parlamento para aprovar pendências da agenda econômica e sustentável de 2023. No entanto, além de novas acomodações políticas, a relação com o Congresso também estará suscetível ao acesso de parlamentares a recursos a recursos de emendas e às respostas que o Governo irá encontrar para solucionar as pressões de deputados e senadores pelo espaço deixado com o fim das emendas de relator.

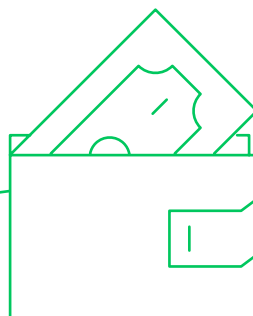
Executivo x Legislativo

A relação entre o Executivo e o Legislativo não deve ser muito diferente em 2024. Os partidos de Centro devem continuar pressionando por espaço na Administração Pública, principalmente no que diz respeito ao controle do Orçamento.

Não há expectativa de uma grande reforma ministerial e a tendência é que o Governo Federal continue contando com o protagonismo do presidente Lula na condução das principais decisões políticas, na gestão do vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckimin, em relação às demandas e propostas de políticas setoriais, e no comando do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sob a agenda de reformas econômicas.

Acerca da capacidade do Executivo em aprovar sua plataforma de políticas públicas, esta permanecerá pautada pela relação com as lideranças partidárias no Congresso. Desta forma, o cenário de curto e médio prazo é de dificuldade na aprovação de temas controversos ou que demandem um maior nível de articulação política. Em outras palavras, **o apoio do Congresso à pauta do Governo será caso a caso, e dependerá bastante da conjuntura política, a cada semana.**

Além das pressões sobre os recursos do Orçamento, o equilíbrio de contas públicas também pode resultar tensões pontuais, já que, apesar do comprometimento de ambos os Poderes com a pauta, a meta de déficit zero prejudicaria o aumento de despesas em ano eleitoral. Por parte do Executivo, a concessão de cargos de segundo escalão em ministérios e órgãos federais será uma das principais moedas de troca, especialmente aqueles com atuação regional e local, como a Codevasf e a Funasa.





NO ATUAL CONTEXTO, AS FRENTE PARLAMENTARES, COMO A FRENCOOP E A FPA, CONTINUAM TENDO BASTANTE RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA NO PROCESSO DE DEFINIÇÃO DA AGENDA DE PRIORIDADES DO CONGRESSO.



FIQUE ATENTO!

Conheça as principais políticas públicas para o cooperativismo no Orçamento de 2024:

<https://in.coop.br/Propostas-do-Coop-LOA2024>

Além disso, vale destacar que apesar da aprovação de matérias prioritárias para o Planalto em 2023, o ministro chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, tem sido alvo de fortes críticas por lideranças do Congresso. Apesar de o presidente Lula, ter descartado publicamente a possibilidade de troca na pasta, os parlamentares seguem pressionando pela saída de Padilha.

Legislativo x Judiciário

Desde 2023, a oposição ao governo tem potencializado a campanha pela limitação de prerrogativas do Judiciário, pressionando pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que restringe decisões monocráticas de ministros do STF.

Recentemente, as operações policiais autorizadas pelo Supremo tendo parlamentares como alvo, com realização de buscas em gabinetes nas dependências do Congresso, e a possibilidade de divulgação da lista de congressistas supostamente espionados pela chamada “Abin Paralela” devem elevar ainda mais a tensão política entre o Legislativo e o Judiciário.

Em meio ao cenário de um Congresso com mais autonomia e poder de barganha frente ao Executivo, a articulação política do presidencialismo de coalizão tem sido colocada em xeque. Nesse contexto, **o Planalto passa a depender cada vez mais dos magistrados para conter derrotas sofridas pelo Governo no Legislativo.** Para estreitar essa relação, além da indicação do ministro aposentado do STF, Ricardo Lewandowski, para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o presidente tem consultado ministros da Corte para nomeações ao Judiciário e outros cargos estratégicos.

Sucessão no Congresso

O ano de 2024 será crucial para definir as estratégias para as eleições das Mesas Diretoras no Congresso Nacional em 2025, o que pode influenciar uma relação mais comedida com o Parlamento no curto e médio prazo. A expectativa é que esses interlocutores intensifiquem pedidos de execução de emendas parlamentares e busquem mais espaço no governo por conta das eleições municipais, uma vez que os cargos e recursos podem alavancar influência política e apoio popular em seus redutos eleitorais.

Em relação às eleições da Câmara e do Senado, as negociações já se iniciaram, mas devem se intensificar no último trimestre do ano. O governo deve adotar uma postura neutra, pelo menos publicamente, para evitar desgastes políticos em caso derrota.

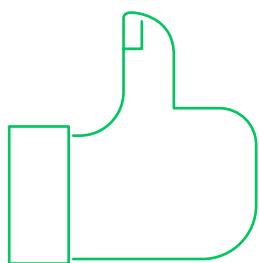
Atualmente, os nomes mais cotados para a presidência da Câmara são os dos deputados Elmar Nascimento (BA) e Marcos Pereira (SP). No Senado, o nome mais ventilado para ocupar a presidência é o de Davi Alcolumbre (AP), aliado do atual presidente, Rodrigo Pacheco.

Comando do Banco Central

Em 31 de dezembro de 2024 se encerrará o mandato de Roberto Campos Neto como presidente do Banco Central. O presidente Lula deve anunciar o sucessor entre novembro e dezembro, sendo o nome mais cotado o de Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária do Banco, que deverá ser sabatinado pelo Senado Federal. A troca de comando poderá trazer mudanças no panorama da política monetária brasileira.

Eleições Municipais

As Eleições Municipais serão o principal evento que influenciará a estabilidade política em 2024. Apesar de não implicar diretamente na esfera federal, parlamentares e membros do Executivo atuarão em prol de seus aliados e partidos.



CANDIDATOS COM MAIS RECURSOS E ESTRUTURA TENDEM A AUMENTAR O ALCANCE DO SEU PÚBLICO E SUA REDE DE APOIADORES.

Nesse sentido, o Governo Federal será determinante em diversas disputas, especialmente em relação à inauguração de obras no período permitido pela legislação eleitoral (até julho, três meses antes do pleito). O anúncio do presidente Lula de que priorizará viagens domésticas nos próximos meses é reflexo direto da estratégia de fortalecer seus aliados no país, e deve aumentar a visibilidade do Governo ao mesmo tempo que alavanca o potencial eleitoral dos políticos atuantes nas regiões visitadas.

Com relação à agenda política, o Congresso deve evitar debater propostas com potencial de recepção negativa junto à população. A agenda de votações legislativas deve ser menor, especialmente no segundo semestre, quando parlamentares estarão focados na campanha eleitoral. Segundo mapeamento do Radar Governamental, de janeiro de 2024, cerca de 100 parlamentares são pré-candidatos a disputar prefeituras neste ano. As candidaturas serão confirmadas até a primeira quinzena de agosto.

Outro momento chave do ano eleitoral será a janela partidária. O período proverá um realinhamento da distribuição de parlamentares no nível municipal. Entre os fatores gerais que afetarão as motivações dos políticos para mudanças de partido estão o aumento do limiar para a cláusula de barreira (mecanismo que diminui substancialmente os recursos de partidos pequenos que não tiveram bom desempenho nas eleições de 2022).

Assim, as Eleições Municipais deverão delinear o panorama das alianças partidárias para os próximos anos, inclusive para a corrida presidencial, com a **tendência de maior consolidação do sistema partidário brasileiro, por meio da prevalência dos partidos tradicionais e da perda de espaço dos partidos políticos no cenário político nacional.**

FIQUE ATENTO!

Para acompanhar as ações do Sistema OCB no âmbito do Programa de Educação Política do Cooperativismo Brasileiro, acesse:

<https://www.somoscooperativismo.coop.br/solucoes/representacoop/educacao-politica>

PRAZOS LEGAIS DO PROCESSO ELEITORAL:

06 de abril	Prazo para desincompatibilização de secretários municipais ou ocupantes de cargo de confiança que quiserem concorrer no pleito de outubro.
06 de julho	Prazo para desincompatibilização de servidor público.
20 de julho	Início das convenções partidárias.
05 de agosto	Fim das convenções partidárias.
15 de agosto	Data limite para registro de candidaturas.
30 de agosto	Início da campanha eleitoral em rádio e TV.
03 de outubro	Fim da campanha eleitoral.
06 de outubro	Primeiro turno das eleições.
27 de outubro	Segundo turno das eleições (apenas em cidades com mais de 200 mil eleitores).

Fonte: TSE



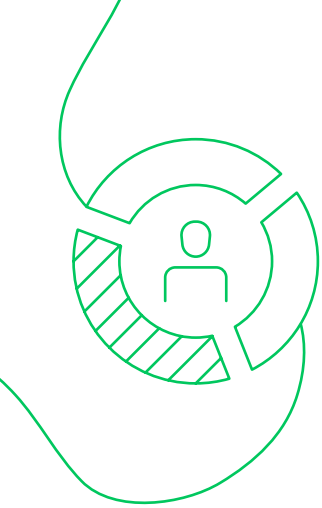
Pautas Prioritárias

- Mensagem Presidencial traz destaque para as ações realizadas em 2023 e para a importância do diálogo entre Poderes.
- As prioridades do Governo estão divididas nos seguintes eixos: Consolidação Fiscal, Ampliação do Crédito, Transição Ecológica e Educação.
- A regulamentação da Reforma Tributária estará no centro da agenda da Câmara, que também deve conter a retomada da discussão da Reforma Administrativa e o amadurecimento da proposta que prevê a atuação de cooperativas no setor de seguros.
- No Senado Federal, temas como transição energética e regulação das redes sociais estão entre as pautas mais estratégicas. Para o Sistema OCB, a atuação das cooperativas no setor de Telecom é prioridade.

Mensagem Presidencial ao Congresso

Entregue ao Congresso Nacional no início de todos os anos legislativos, a Mensagem Presidencial ao Congresso de 2024 faz, principalmente, um balanço das ações do Governo Federal, destacando a relevância das agendas social e econômica. Além disso, o documento ressalta a relevância do diálogo como condição essencial para a o equilíbrio institucional e apresenta brevemente aos parlamentares algumas prioridades do Executivo para os próximos meses.

Apesar de a Mensagem não ter dado destaque para os temas prioritários no ano, o documento ressalta os compromissos com a alfabetização de crianças; a política de incentivo à permanência dos jovens no ensino médio; e as metas de redução do desmatamento na Amazônia e da emissão de carbono na atmosfera.



AS POLÍTICAS DE FOMENTO, DE SUSTENTABILIDADE E DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES TRAZEM OPORTUNIDADES PARA AS COOPERATIVAS SE FORTALECEREM COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA E FINANCEIRA DO PAÍS.

Para além disso, os temas prioritários do Executivo estão divididos em quatro eixos: **Consolidação Fiscal, Ampliação do Crédito, Transição Ecológica e Educação.**



Consolidação Fiscal: Regulamentação da Reforma Tributária e perseguição da meta fiscal de déficit zero.



Ampliação de Crédito: Novo Desenrola Brasil, voltado para micro e pequenas empresas, e ampliação da margem de empréstimo no crédito consignado para as pessoas físicas.



Transição Ecológica: regulação do mercado de carbono, eólicas offshore e o PL 4196/2023, que busca estimular o uso de combustíveis sustentáveis no setor de transportes.



Educação: novo projeto curricular em substituição ao chamado “Novo Ensino Médio”.



Em relação aos impasses que envolvem o tema da desoneração da folha de pagamentos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que o governo deverá enviar um projeto de lei sobre o tema ao Congresso ainda em fevereiro.

Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, tem afirmado em declarações recentes que a Casa continuará a trabalhar para entregar leis de interesse do País, a despeito das Eleições Municipais.

Em relação às prioridades de 2024, o presidente da Câmara defendeu a regulamentação da Reforma Tributária, a retomada da discussão da Reforma Administrativa, a aprovação da pauta verde e a regulamentação da inteligência artificial.

Além disso, haverá uma negociação intensa em torno do comando das comissões permanentes da Casa. A expectativa é de que os novos presidentes sejam eleitos em março.

Senado Federal

Já o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, tem defendido o compromisso da Casa com a pauta econômica do país e em temas como transição energética, regulamentação da reforma tributária, reforma do código eleitoral, regulação das redes sociais, limitação de decisões monocráticas no STF entre outros. Cabe lembrar que o Senado só passará por mudanças no comando de comissões permanentes em 2025.

Perspectivas de avanço em temas prioritários para o cooperativismo

Apesar da janela de votações reduzida e da pauta bastante concorrida, ainda assim, **há boas perspectivas para o avanço do marco regulatório do cooperativismo no Congresso Nacional**. Dentre as prioridades do Sistema OCB, destaca-se a definição do adequado tratamento tributário ao cooperativismo no âmbito da regulamentação da Reforma Tributária. Confira a pauta prioritária do cooperativismo no Congresso:

Proposição	Perspectiva
<p>Regulamentação do ato cooperativo, no âmbito da Reforma Tributária</p>	<p>Câmara e Senado elencaram a regulamentação da Reforma como grande prioridade do legislativo. Deputados e senadores terão de analisar as leis complementares encaminhadas pelo Governo Federal para regulamentar trechos incluídos pela reforma na Constituição, inclusive o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo</p>
<p>PL 1303/2022 - Dispõe sobre a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas</p>	<p>O projeto atualmente tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, sob a relatoria do senador Eduardo Gomes. A perspectiva é de que o texto seja aprovado no colegiado neste primeiro semestre.</p>
<p>PLP 101/2023 e PLP 519/2018 - Atuação de cooperativas no mercado de seguros</p>	<p>As propostas, que tramitam em conjunto, tiveram avanços significativos no final do último ano. Sob relatoria do deputado Vinicius Carvalho (SP), o tema já teve urgência aprovada e a expectativa é de que o parecer seja apresentado já no início do ano legislativo no Plenário da Casa.</p>
<p>PL 912/2022 e PL 532/2015 - Cooperativas de Crédito e Fundos Constitucionais</p>	<p>A expectativa é de que as propostas, que tratam do devido acesso do cooperativismo de crédito aos Fundos Constitucionais tenha avanços em sua discussão na CFT (Comissão de Finanças e Tributação).</p>
<p>PL 488/2011 - Manutenção da condição de segurado especial dos associados a cooperativas.</p>	<p>A proposta foi aprovada sem oposição na CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) em dezembro de 2023, conforme posicionamento do Sistema OCB, com relatoria do deputado Carlos Veras. A perspectiva é de que não haja apresentação de recurso e então o projeto siga para apreciação do Senado</p>

representa**coop**



Sistema**OCB**

BMJ
CONSULTORES ASSOCIADOS